

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante “Cedro” ou “Companhia”), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 2 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira), é uma Companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Atualmente, a Companhia exerce suas atividades através da operação de três fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais e também através de suas controladas, Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio (doravante “Santo Antônio”) - indústria têxtil instalada em Minas Gerais, na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, e Cedro Gestão de Ativos S/A (doravante “Cedro Gestão”), empresa que tem por objeto a atividade imobiliária, locação e arrendamento imobiliário, compra e venda de imóveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia incorreu em prejuízo líquido de R\$ 140.276 (R\$ 93.132 em 2015), e R\$ 142.627 (R\$ 97.521 em 2015) no consolidado. Ainda, em 31 de dezembro de 2016 o seu passivo circulante excedeu em R\$ 99.543, incluso neste excedente R\$ 48.610 devidos a controladas – Nota 11, (R\$ 67.148 no consolidado) e o seu ativo circulante monta à R\$ 123.453 e no consolidado à R\$ 208.059. Desta maneira, a Companhia conta com recursos financeiros oriundos de linhas de créditos obtidas junto a instituições financeiras para a continuidade das operações.

A melhora na margem foi resultado de aumento de preços de venda, otimização do mix de produtos, avanço na eficiência operacional e redução de custos. Com isso, já apresenta geração positiva de caixa no segundo semestre de 2016, cujos valores são superiores aos períodos passados no biênio 2016 e 2015.

Olhando prospectivamente, além da maturação das medidas já adotadas, outras ainda contribuirão para consolidar a recuperação, reduzindo de forma importante custos e despesas. Como exemplos, podem ser citados uma reestruturação administrativa, que inclui redução em 40% na composição da Diretoria e entrada em vigor de novo contrato de fornecimento de energia. Com o conjunto de medidas de redução de custos e despesas, a Administração espera melhorar o resultado operacional em 2017.

Também está no rol de atividades a adesão ao PRT – Programa de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória 766/2017, mantidas as regras atuais, os débitos tributários perante a Secretaria da Receita Federal serão liquidados em sua maior parte com utilização de prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, e o restante em espécie em 24 parcelas mensais. Os débitos inscritos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional serão liquidados em 120 parcelas.

Em complemento às medidas operacionais já adotadas, a Administração continua a empreender esforços para a venda de ativos com vistas à redução de seu endividamento, assinou em 08 de março de 2017 contrato de compra e venda, da CGH Pacífico Mascarenhas e parte de sua linha de transmissão de energia. Cumpridas determinadas condições precedentes, o valor da venda liquidará o saldo integral do empréstimo junto ao banco CCB (antigo Bicbanco) e ainda parte retornará ao caixa.

Dos demais ativos, está em entendimentos para a venda do prédio onde funciona o Escritório Central, em Belo Horizonte, a Central de Distribuição de Contagem e um lote contíguo à CD. Além desses, outros ativos de menor valor individual também se encontram à venda.

Também prossegue o trabalho de renegociação junto a instituições financeiras, visando o alongamento da dívida de curto prazo.

A Administração avalia como possível a concretização de operação estratégica que resulte não só em adequação da estrutura de capital como também na consolidação da rentabilidade em patamares sustentáveis, capazes de garantir liquidez suficiente para a operação bem como a continuidade operacional prolongada da Companhia.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 - BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras.

2.2 - Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o “custo atribuído” de edificações e benfeitorias e máquinas, equipamentos e instalações na data de transição para os CPCs, e determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

A publicação dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2017.

2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentadas abaixo:

Razão social	País sede	% participação	
		Total	Votante
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Brasil	85,44%	99,99%
Cedro Gestão de Ativos S/A	Brasil	100%	100%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a Companhia e suas controladas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

2.4 - Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, das duas principais controladas.

2.5 - Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras em títulos de renda fixa e depósitos interfinanceiros acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, cujo risco de mudança de valor justo é insignificante, sendo utilizadas pela Companhia no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.6 - Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

2.7 - Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as categorias de empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem empréstimos a controladora, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. É classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os instrumentos dessa categoria são classificados como circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantido para negociação.

2.7.1 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

2.7.2 - Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia e suas controladas na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

2.8 - Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como “Outros passivos financeiros”.

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

2.9 - Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de contratação e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

2.10 - Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.11 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 25). A alíquota efetiva do imposto de renda é calculada levando-se em conta os incentivos fiscais de imposto de renda concedido, sobre as projeções futuras de resultado.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

2.12 - Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. Conforme faculdade estabelecida pelo CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial dos CPCs, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada do ativo, às taxas descritas na Nota 15.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.13 - Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

2.14 - Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido é o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado como “ativo intangível”. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(ii) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

(iii) Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento e melhoria de sistemas já existentes são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.15 - Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos para venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.16 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 - Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A receita decorrente de incentivos fiscais de ICMS (PROALMINAS - Nota 10), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), é reconhecida no resultado do exercício ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

2.18 - Destinação do lucro

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio é registrada nas demonstrações financeiras segundo as determinações estatutárias, como um passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.19 - Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.20 - Demonstração do Valor Adicionado

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.21 - Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

(i) Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas.
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas (“Joint Operation”).
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo imobilizado, ativo biológico e produto agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização.
- Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.
- Modificações às IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014.
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.

(ii) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento (a).
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (a).
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (b).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou “Joint Venture” (d).
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (b).
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil (c).
- Modificações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (b).
- IFRIC 22 – Transações com adiantamentos em moedas estrangeiras (b).
- Melhorias anuais – Ciclo de IFRSs 2014-2016 (a) (b).
- Alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades para investimentos (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2017;
- (b) 1º de janeiro de 2018;
- (c) 1º de janeiro de 2019; e
- (d) Data de vigência adiada indefinidamente.

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 e IFRS 16 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros e dos arrendamentos operacionais, respectivamente.

3 - JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são as relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos, estimativa de valor justo de instrumentos financeiros derivativos e provisões, as quais estão apresentadas detalhadamente em cada uma das notas explicativas.

(a) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

A Companhia realizou as projeções para recuperação dos impostos diferidos, de acordo com a Instrução CVM 371, considerando o índice atual de inflação. A análise demonstrou a recuperação dos ativos no prazo de 10 anos.

(b) Provisões para riscos

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Na Nota 18, encontram-se divulgados os montantes das contingências que não foram provisionados pela Companhia em função da sua avaliação de que o risco de perda seria “possível”. Caso essa avaliação seja alterada para “provável”, esses montantes teriam impacto direto no resultado da Companhia.

(c) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para realização dos estoques, provisão para realização de créditos tributários, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

(d) *Going-concern*

A administração vem tomando ações para equilibrar a geração de caixa pelas operações e acredita que essas ações serão suficientes para a adequação da estrutura de capital da Companhia e a geração de caixa necessária para a sua continuidade. Diante disto, a administração preparou as demonstrações financeiras utilizando políticas contábeis aplicáveis a empresas com continuidade de operações (*on a going-concern*), as quais não consideram quaisquer ajustes decorrentes de incertezas sobre a sua capacidade de operar de forma continuada.

(e) *Impairment*

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidências objetivas de que os ativos tenham capacidade ou não de geração de caixa no curso da sua vida útil. A administração considera que as perdas por *impairment* sejam incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de perda e impactos nos fluxos de caixa futuros estimados no grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Na data do balanço, as evidências identificadas de deterioração de ativos estão mencionadas na Nota 15.

4 - GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

(a) Política de gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Não obstante a Controladora e o consolidado apresentarem capital circulante líquido negativo, a gestão do risco de liquidez é realizada considerando as operações consolidadas da Companhia.

(d) Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está sumarizada na nota de sensibilidade abaixo.

(ii) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A exposição cambial líquida da Companhia e de suas controladas, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	Em dólares americanos		Em dólares americanos	
	(US\$ mil)		(US\$ mil)	
	2016	2015	2016	2015
Financiamentos em moeda estrangeira (US\$ mil)	(3.392)	(3.608)	(3.392)	(4.248)
Fornecedores mercado externo (US\$ mil)	(21)	(205)	(22)	(301)
Depósitos em dólar (US\$ mil)	232	144	311	349
Contas a receber em moeda estrangeira (US\$ mil)	1.976	898	3.217	2.549
Exposição ativa (passiva) líquida (US\$ mil)	(1.205)	(2.771)	144	(1.651)

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$ 3,20, conforme entendimento do mercado, divulgado através do Boletim Focus de 10 de Março de 2017. Na controladora e consolidado os cenários II e III foram calculados com valorizações de 25% e 50% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do Consolidado e da Controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 30 de dezembro de 2016, de R\$ 3,2591.

	Controladora				Consolidado			
	2016				2016			
	Base	Provável	II	III	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(11.055)	(10.854)	(13.568)	(16.281)	(11.055)	(10.854)	(8.141)	(5.427)
Fornecedor mercado externo	(68)	(67)	(84)	(101)	(72)	(70)	(53)	(35)
Contas a receber em moeda estrangeira	6.440	6.323	7.904	9.485	10.485	10.294	7.721	5.147
Depósitos em dólar	756	742	928	1.113	1.014	995	746	498
Exposição ativa (passiva) líquida	(3.927)	(3.856)	(4.820)	(5.784)	372	365	273	183
Efeito líquido da variação cambial - perda	-	71	(893)	(1.857)	-	(7)	(99)	(189)

(I) Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como Selic, CDI, TJLP, entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2016, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável uma Selic próxima de 10,8%, a TJLP em 7,5% e o CDI em 9,13%.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de valorização da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II - possível e III - remoto). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	2016				2016			
	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Empréstimos Indexador:								
TJLP + 7,00%	(17)	(2)	(3)	(3)	(429)	(62)	(78)	(93)
100% CDI + 6,17%	(7.729)	(1.530)	(1.913)	(2.295)	(7.729)	(1.530)	(1.913)	(2.295)
152,16% CDI	(35.022)	(7.264)	(9.080)	(10.896)	(35.022)	(7.264)	(9.080)	(10.896)
100% Selic + 4,00% a 7,86%	(59.452)	(11.629)	(14.536)	(17.444)	(85.866)	(16.795)	(20.994)	(25.193)
100% CDI + 4,03% a 15,39%	(30.181)	(7.044)	(8.805)	(10.566)	(46.310)	(10.809)	(13.511)	(16.214)
117,65 % CDI	(1.205)	(193)	(241)	(290)	(1.205)	(193)	(241)	(290)
	<u>(133.606)</u>	<u>(27.662)</u>	<u>(34.578)</u>	<u>(41.494)</u>	<u>(176.561)</u>	<u>(36.653)</u>	<u>(45.817)</u>	<u>(54.981)</u>
Aplicações Financeiras								
Indexador:								
95% Selic	-	-	-	-	162	21	26	32
90% a 102,00% CDI	1.419	181	226	272	1.533	197	246	296
	<u>1.419</u>	<u>181</u>	<u>226</u>	<u>272</u>	<u>1.695</u>	<u>218</u>	<u>272</u>	<u>328</u>
Exposição líquida	<u>(132.187)</u>	<u>(27.481)</u>	<u>(34.352)</u>	<u>(41.222)</u>	<u>(174.866)</u>	<u>(36.435)</u>	<u>(45.545)</u>	<u>(54.653)</u>
Aumento/ redução nas despesas financeiras anuais	-	-	(6.871)	(13.741)	-	-	(9.110)	(18.218)

(f) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	163.032	152.833	235.429	229.860
(-) caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(2.749)	(3.732)	(3.974)	(4.239)
(-) Numerário em moeda estrangeira	(756)	(561)	(2.295)	(2.518)
A - Dívida líquida	159.527	148.540	229.160	223.103
Total do patrimônio líquido	58.874	199.150	77.524	220.151
B - Capital e dívida líquida	218.401	347.690	306.684	443.254
A/B - Quociente de alavancagem	73,04%	42,72%	74,72%	50,33%

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas Demonstrações Financeiras, conforme Nível 2:

Os demais saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados.

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

[illegible]

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e contas correntes bancárias	1.330	1.408	2.441	1.815
Aplicações financeiras de liquidez imediata				
Certificados de depósitos bancários - CDB	1.419	2.324	1.533	2.424
	<u>2.749</u>	<u>3.732</u>	<u>3.974</u>	<u>4.239</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de curto prazo, negociáveis e com alta liquidez no mercado. As aplicações em CDB de liquidez imediata possuem rentabilidade próxima à variação de 90 a 102% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e as aplicações lastreadas em Debêntures rendem 100% do CDI. Os valores apresentados incluem rendimentos incorridos até a data do balanço e no resgate antecipado não haverá cobrança de encargos pela liquidação. O valor a ser resgatado é equivalente ao valor aplicado mais os rendimentos até o momento do resgate.

7 - ATIVOS FINANCEIROS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Numerário em moeda estrangeira	756	561	1.015	1.362
Fundo de investimento	-	-	1.280	1.156
	<u>756</u>	<u>561</u>	<u>2.295</u>	<u>2.518</u>

Os numerários provenientes das receitas de exportações são mantidos em moeda estrangeira aguardando o momento oportuno para conversão, portanto sujeito ao risco cambial. Os fundos de investimento são aplicações preponderantemente em títulos públicos que procura acompanhar a variação do CDI.

8 - CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Cliente no país	72.874	54.520	130.417	95.841
Cliente no exterior	6.440	3.507	10.485	9.953
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.886)	(9.231)	(25.773)	(21.495)
	<u>67.428</u>	<u>48.796</u>	<u>115.129</u>	<u>84.299</u>

A composição das contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	59.410	40.718	101.938	68.313
Vencidos				
Até 30 dias	3.515	2.986	5.514	6.454
Entre 31 e 60 dias	1.299	1.509	2.114	2.394
Entre 61 e 90 dias	1.210	1.460	1.974	2.425
Acima de 90 dias	13.880	11.354	29.362	26.208
	<u>79.314</u>	<u>58.027</u>	<u>140.902</u>	<u>105.794</u>

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo no início do exercício	(9.231)	(8.241)	(21.495)	(18.326)
Adições (Nota 22)	(4.727)	(3.236)	(8.544)	(7.135)
Baixas líquidas de reversão	2.072	2.246	4.266	3.966
Saldo no final do exercício	<u>(11.886)</u>	<u>(9.231)</u>	<u>(25.773)</u>	<u>(21.495)</u>

Durante o exercício de 2016 a Companhia descontou recebíveis no valor contábil total de R\$ 44.631(R\$ 16.639 em 2015) na controladora e R\$ 71.507 (R\$ 25.270 em 2015) no consolidado, na modalidade FIDC e na modalidade *vendor* em 31 de dezembro de 2015 R\$ 12.095 (controladora) e R\$ 21.950 no consolidado. Se os recebíveis não forem pagos no vencimento, o banco poderá solicitar a Companhia o pagamento do saldo em aberto. Como os riscos e benefícios relevantes desses recebíveis não foram transferidos, a Companhia reconheceu o caixa recebido na transferência como passivo na rubrica de Cessão de Recebíveis, e como empréstimo garantido *vendor*, não efetuando a baixa dos títulos a receber.

9 - ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Produtos acabados	22.517	28.243	25.951	39.721
Produtos em processo	15.375	20.198	28.500	29.841
Matérias-primas	3.557	3.936	8.695	8.145
Materiais auxiliares	5.039	5.453	10.180	11.357
Importações em andamento	465	9	983	219
Provisão para perdas em estoque	<u>(2.745)</u>	<u>(3.893)</u>	<u>(3.184)</u>	<u>(5.002)</u>
	<u>44.208</u>	<u>53.946</u>	<u>71.125</u>	<u>84.281</u>

A movimentação na provisão para perdas no estoque foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldos no início do exercício	(3.893)	(1.664)	(5.002)	(2.251)
Adições	(1.710)	(2.380)	(2.558)	(3.076)
Reversão / baixas	<u>2.858</u>	<u>151</u>	<u>4.376</u>	<u>325</u>
Saldos no final do exercício	<u>(2.745)</u>	<u>(3.893)</u>	<u>(3.184)</u>	<u>(5.002)</u>

10 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
ICMS - operações mercantis	-	-	5.029	-
ICMS - aquisição de imobilizado	912	962	980	1.060
Impostos sobre vendas em trânsito	243	318	424	413
Pis e Cofins - créditos a recuperar - sobre insumos	881	203	1.043	466
Impostos a recuperar – REFIS IV (Nota 18)	3.672	-	3.672	-
Outros	389	192	903	377
	<u>6.097</u>	<u>1.675</u>	<u>12.051</u>	<u>2.316</u>
Não circulante				
ICMS - operações mercantis	6.997	1.821	6.997	12.479
ICMS - aquisição de imobilizado	1.747	2.725	1.787	2.810
Outros	133	3.140	295	3.283
	<u>8.877</u>	<u>7.686</u>	<u>9.079</u>	<u>18.572</u>

O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela Administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo não circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia e suas controladas. Esse saldo, formado nos últimos anos, decorre da redução da alíquota do imposto incidente sobre as vendas, concedida por incentivo fiscal através do programa PROALMINAS - Programa Mineiro de Incentivo a Cultura do Algodão (artigo 75, inciso VII do Decreto 43.080/02 - RICMS). O benefício gerado em 2016 totalizou R\$ 22.667 (R\$ 15.554 em 2015) e foi registrado no resultado do exercício na rubrica contábil “Deduções de vendas”.

Em dezembro de 2012, foi publicada a Lei nº 20.540, regulamentada pelo decreto nº 46.131, de 9 de janeiro de 2013, que acrescentou o art. 75-A ao Regulamento do ICMS, o qual limitou a apropriação do crédito presumido de ICMS. Em maio 2013, foi publicada a Resolução 4.547, estabelecendo procedimentos relativo a apuração do crédito presumido do ICMS no trimestre, ficando vedada a apropriação do que exceder ao valor do débito no respectivo período ou a sua transferência para os períodos subsequentes.

11 - PARTES RELACIONADAS – CONTROLADORA

Os direitos e obrigações de operações mercantis entre partes relacionadas possuem prazos de 90 dias para recebimento e liquidação podendo ser antecipado conforme fluxo de caixa das empresas. As transações são efetuadas em condições negociadas entre a controladora e suas controladas.

Os contratos de mútuo existentes entre as empresas foram remunerados à variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescidos de um *spread* de 5% (2% em 2015), com vigência para 360 dias, todos podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas. As operações de curto prazo, conta corrente, não são remuneradas e são liquidadas em curtíssimo prazo.

A Companhia e suas controladas são mantenedoras da Associação Beneficente dos Empregados da Cedro e Cachoeira - ABC (“ABC”) e Associação Cedro Cachoeira, instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo as despesas e contribuições:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contribuições a ABC	22	39	39	62
Associação Cedro e Cachoeira	66	170	166	267
	<u>88</u>	<u>209</u>	<u>205</u>	<u>329</u>

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e controladas mantém negócios com empresas relacionadas a determinados membros da Administração, adquirindo serviços advocatícios. Os preços dos serviços são acordados entre as partes, sendo que os serviços adquiridos são pagos com base no êxito.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Serviços Advocatícios	126	116	184	173

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

	Santo Antônio		Cedro Gestão		Mineração Cedrense	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldos						
Contas a receber	3.051	639	-	-	143	140
Fornecedores	(40.927)	(27.813)	(1.849)	(1.866)	-	-
Mútuo ativo (passivo)	(8.885)	-	-	-	(8)	-
Transações						
Compras	(100.770)	(28.679)	-	-	-	-
Vendas	23.647	25.933	-	-	-	-
Despesas financeiras	(3.905)	(2.359)	-	-	-	-
Serviços de locação de imóveis	-	-	(2.239)	(2.240)	-	-

12 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Remuneração do conselho e diretoria	2.005	2.331	4.043	3.906

13 - PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

O principal ativo presente na rubrica refere-se a imóvel de 20.153m² localizado no município de Sete Lagoas-MG, está avaliado a valor justo em R\$ 2.851 em 31 de dezembro de 2016 (R\$3.010 em 2015). O método adotado para a avaliação do terreno consiste no método comparativo, através do confronto de dados de mercado, por entenderem como o mais indicado para o caso presente. O método é comparativo, porquanto a pesquisa de mercado realizada foi dirigida no sentido da apuração de valores médios, unitários básicos, praticados e/ou propostos para terrenos semelhantes e/ou comparáveis ao objeto de avaliação, quanto a sua localização e situação, sua topografia, seus serviços públicos essenciais, suas medidas e áreas, com destaque para o grau de aproveitamento dos mesmos, dentre outros fatores secundários, os quais pudessem vir a influir, direta ou indiretamente, na valorização ou desvalorização dos terrenos avaliados.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio - Sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 12 de janeiro de 1989 e inaugurada em 06 de dezembro de 1997. Instalada na área mineira da Sudene goza de incentivo fiscal de redução do imposto de renda, 75% sobre o lucro da exploração, até o exercício de 2019.

Cedro Gestão de Ativos S/A - Em 26 de novembro de 2013 a Cedro e a Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio constituíram a sociedade empresária limitada Cedro Gestão de Ativos, transformada em sociedade de anônimo de capital fechado em 28 de março de 2014. A Companhia possui 28.100 quotas e sua controlada Santo Antônio possui 20 quotas. Em 01 de março de 2017 a Companhia incorporou a sua controlada conforme nota 29.

As principais informações sobre as participações em empresas controladas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são sumarizadas como segue:

Informações das controladas

	Santo Antônio		Cedro Gestão	
	2016	2015	2016	2015
Milhares de ações possuídas pela Companhia				
Ordinárias - sem valor nominal	610.920	610.920	-	-
Preferenciais - sem valor nominal	243.440	243.440	-	-
Quotas - valor nominal R\$ 1.000,00	-	-	28.120	28.100
Participação da Companhia				
No capital social integralizado	85,435%	85,435%	100%	99,93%
No capital votante	100,00%	100,00%	100%	99,93%
Patrimônio líquido	128.046	144.188	20.447	19.586
Lucros não realizados em operações ascendentes (Upstream)	(517) ⁽³⁾	(340) ⁽³⁾	-	-
Patrimônio Líquido ajustado	127.529	143.848	20.447	19.586
Lucros não realizados em operações descendentes (Downstream)	30 ⁽³⁾	(79) ⁽³⁾	-	-
Dividendos recebidos	-	-	(1.909)	(690)
Saldo do investimento	108.984	122.817	18.538	18.882
Lucro (prejuízo) líquido do período/exercício	(16.142) ⁽²⁾	(30.133) ⁽¹⁾	1.565 ⁽²⁾	1.536 ⁽¹⁾
Lucros não realizados - venda para a controladora	(177)	(242)	-	-
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	(16.319) ⁽³⁾	(30.375) ⁽³⁾	1.565	1.536
Equivalência total	<u>(13.942)</u>	<u>(25.951)</u>	<u>1.565</u>	<u>1.535</u>

⁽¹⁾ Corresponde ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2015.

⁽²⁾ Corresponde ao mês de dezembro de 2016.

⁽³⁾ Equivalência da Santo Antônio com 100% das operações descendentes e 85,435% das operações ascendentes.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos investimentos

	Santo Antônio	Cedro Gestão	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	148.741	18.037	166.778
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	27	-	27
Dividendos recebidos	-	(690)	(690)
Equivalência patrimonial	(25.951)	1.535	(24.416)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	122.817	18.882	141.699
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	109	-	109
Dividendos recebidos	-	(1.909)	(1.909)
Equivalência patrimonial	(13.942)	1.565	(12.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	108.984	18.538	127.522

Composição dos investimentos

	2016	2015
Equivalência patrimonial	138.088	152.265
Provisão para desvalorização de investimento	(10.566)	(10.566)
	127.522	141.699
Ágio	834	835
Saldos	128.356	142.534

O sumário da demonstração financeira da controlada que possui participação de não controladores encerradas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão assim apresentados:

Balanco Patrimonial em:	2016	2015	Demonstração de Resultado em:	2016	2015
Participação da Controladora	85,44%	85,44%	Receita Líquida de Vendas	273.444	187.828
Ativo Circulante	129.082	98.077	Lucro (Prejuízo) bruto	28.167	(321)
Ativo Não Circulante	161.380	170.873	Despesas Operacionais	(26.213)	(24.951)
Passivo Circulante	106.948	63.404	Resultado Financeiro	(19.656)	(11.364)
Passivo Não Circulante	55.468	61.358	IRPJ/CSLL	1.560	6.503
Patrimônio Líquido	128.046	144.188	Prejuízo Líquido	(16.142)	(30.133)

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 - IMOBILIZADO

							Controladora
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Provisão Impairment	Total
Custo ou avaliação							
Em 31 de dezembro de 2014	96.014	239.045	19.476	43.678	7.296	-	405.509
Adições	5	247	3	-	2.107	-	2.362
Crédito de imposto extemporâneo	-	(7)	-	-	-	-	(7)
Alienações e baixas	(2.093)	(10.907)	(100)	(150)	-	-	(13.250)
Transferências	152	5.916	204	-	(6.272)	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	94.078	234.294	19.583	43.528	3.131		394.614
Adições	-	-	-	-	954		954
Crédito de imposto extemporâneo	-	(11)	-	-	-	-	(11)
Alienações e baixas	(31)	(283)	(75)	(30)	-	-	(419)
Transferências	221	935	13	-	(1.169)	-	-
Perda por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)			-	-	-	(53.177)	(53.177)
Em 31 de dezembro de 2016	94.268	234.935	19.521	43.498	2.916	(53.177)	395.138
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2014	(35.018)	(151.960)	(7.681)	-	-	-	(194.659)
Depreciação	(2.521)	(6.315)	(2.159)	-	-	-	(10.995)
Alienações e baixas	886	9.164	97	-	-	-	10.147
Em 31 de dezembro de 2015	(36.653)	(149.111)	(9.743)	-	-	-	(195.507)
Depreciação	(2.442)	(6.114)	(2.497)	-	-	-	(11.053)
Alienações e baixas	29	254	74	-	-	-	357
Em 31 de dezembro de 2016	(39.066)	(154.971)	(12.166)	-	-	-	(206.203)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2016	33.484	48.505	7.355	43.498	2.916	(53.177)	135.758
Em 31 de dezembro de 2015	57.425	85.183	9.840	43.528	3.131	-	199.107
							Consolidado
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Terrenos	Obras em andamento	Provisão Impairment	Total
Custo ou avaliação						-	
Em 31 de dezembro de 2014	172.424	425.838	22.514	61.339	8.213	-	690.328
Adições	5	56	4	-	3.668	-	3.733
Crédito de imposto extemporâneo	-	(1.006)	-	-	-	-	(1.006)
Alienações e baixas	(2.093)	(12.098)	(130)	(150)	-	-	(14.471)
Transferências	231	7.299	281	-	(7.811)	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	170.567	420.089	22.669	61.189	4.070		678.584
Adições	-	-	-	-	1.355	-	1.355
Crédito de imposto extemporâneo	-	(11)	-	-	-	-	(11)
Alienações e baixas	(31)	(7.887)	(75)	(30)	644	-	(7.379)
Perda por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)			-	-	-	(53.177)	(53.177)
Transferências	442	2.389	136	-	(2.967)	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	170.978	414.580	22.730	61.159	3.102	(53.177)	672.549
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2014	(50.677)	(237.603)	(8.930)	-	-	-	(297.210)
Depreciação	(4.000)	(10.918)	(2.451)	-	-	-	(17.369)
Alienações e baixas	886	10.297	122	-	-	-	11.305
Em 31 de dezembro de 2015	(53.791)	(238.224)	(11.259)	-	-	-	(303.274)
Depreciação	(3.926)	(10.670)	(2.932)	-	-	-	(17.528)
Alienações e baixas	29	5.416	74	-	-	-	5.519
Em 31 de dezembro de 2016	(57.688)	(243.478)	(14.117)	-	-	-	(315.283)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2016	91.572	139.643	8.613	61.159	3.102	(53.177)	304.089
Em 31 de dezembro de 2015	116.776	181.865	11.410	61.189	4.070	-	375.310

Custos de empréstimo capitalizados

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais projetos da Companhia e suas controladas incluem a repotenciação da Usina Pacífico Mascarenhas e melhoria no acionamento da multi-caixa. Para conclusão desses projetos a Companhia e suas controladas utilizam recursos obtidos junto a terceiros e capitaliza os juros durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Em 31 de dezembro de 2016, foram capitalizados R\$ 13 (R\$ 108 em 2015), na controladora e R\$ 46 (R\$ 196 em 2015) no consolidado. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos capitalizados foi de 0,47% a.m, que representa a taxa efetiva média dos empréstimos.

Revisão das vidas úteis

Engenheiros e técnicos têxteis da Companhia elaboraram laudo de revisão de vida útil dos bens, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, recomendações e manuais de fabricantes e taxa de vivência dos bens.

A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

Itens do imobilizado	Taxa anual de depreciação	
	2016	2015
Edificações e benfeitorias	3,41%	3,35%
Veículos, móveis e utensílios	29,29%	19,61%
Máquinas, equipamentos e instalações	6,05%	5,90%

Perda (*impairment*) estimada de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia deverá reconhecer uma redução no saldo destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Em 31 de dezembro de 2016 o teste de *impairment* foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) pelo montante do ativo imobilizado e foi identificado o ajuste na controladora no valor de R\$ 53.177, registrado em outras despesas operacionais.

A metodologia utilizada para os cálculos de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da Companhia.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia e de sua controlada, Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio, são consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados. Essas premissas de crescimento de receita de 2017 foram projetadas para os anos de 2018 a 2034 na Companhia e para os anos de 2018 a 2041 na Controlada Santo Antônio, embasadas nas iniciativas presentes no plano de negócios, considerando: i) atualização constante do seu mix de produtos ii) aumento do volume de produção, principalmente no segmento de tecidos profissionais. As expectativas de crescimento das receitas foram bastantes conservadoras, considerando que para o período da projeção colocamos estimativas de produções anuais abaixo da capacidade total instalada, inclusive não atinge os patamares alcançados em 2013.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia entende que, mesmo atuando em mercado muito competitivo, inclusive com concorrentes asiáticos pode apresentar performances distintas devido às suas características individuais, tais como: estágio de maturação do parque industrial, aperfeiçoamento de sua mão de obra, custo de logística e energia elétrica.

Em relação ao preço médio de vendas, custos fixos e despesas, foi considerado um crescimento com base na taxa de inflação - IPCA ao ano. Uma vez que a maior parte dos insumos, mão de obra, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

Desta forma, a Companhia entende que ela e sua controlada submetidas ao teste de *impairment* terão melhoria de sua rentabilidade para os próximos anos, combinando as ações de aumento de receita e diluição de custos.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base em:

- CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) para o cálculo do custo de capital próprio;
- Expectativa de mercado para a Selic média, acrescida de prêmio de risco para cálculo do capital de terceiros.
- Ponderação entre participação do capital próprio e o de terceiros no capital total, partindo da situação atual e aproximando-se à média de mercado (setor) ao longo do tempo.

16 - INTANGÍVEL

	Controladora			Consolidado			
	Vida útil definida			Vida útil indefinida	Vida útil definida		
Custo	Marcas e patentes	Softwares e licenças	Total	Ágio	Marcas e patentes	Softwares e licenças	Total
Em 31 de dezembro de 2014	1.333	10.403	11.736	1.592	2.142	14.413	18.147
Adições	-	684	684	-	-	684	684
Em 31 de dezembro de 2015	1.333	11.087	12.420	1.592	2.142	15.097	18.831
Adições	-	97	97	-	-	97	97
Em 31 de dezembro de 2016	1.333	11.184	12.517	1.592	2.142	15.194	18.928
Amortização acumulada							
Em 31 de dezembro de 2014	(1.219)	(9.037)	(10.256)	(758)	(2.006)	(13.048)	(15.812)
Amortização	(8)	(353)	(361)	-	(28)	(352)	(380)
Em 31 de dezembro de 2015	(1.227)	(9.390)	(10.617)	(758)	(2.034)	(13.400)	(16.192)
Amortização	(65)	(401)	(466)	-	(66)	(401)	(467)
Em 31 de dezembro de 2016	(1.292)	(9.791)	(11.083)	(758)	(2.100)	(13.801)	(16.659)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2016	41	1.393	1.434	834	42	1.393	2.269
Em 31 de dezembro de 2015	106	1.697	1.803	834	108	1.697	2.639

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por marcas e patentes e direitos de utilização de software adquiridos junto a empresas especializadas, por programas adaptados para uso da Companhia baseados em softwares existentes no mercado. A amortização é calculada de forma linear em 10 e 5 anos, respectivamente.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Moeda / indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Controladora			
				2016		2015	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Antecipação de Cessão de Direitos Creditórios	R\$	2016	16,07%	-	-	2.885	-
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2020	100% CDI + 4,03% a 7,70%	10.246	5.261	14.927	27.892
Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2018	100% CDI + 6,17%	1.466	6.263	4.891	9.604
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2019	100% CDI + 11,92 a 15,38%	4.010	10.664	-	-
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2021	100% SELIC + 4,00% a 7,86%	16.310	43.142	5.870	21.486
Mutuo - Acionistas	R\$	2018	117,65% CDI	5	1.200	-	-
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2021	152,16% CDI	15.225	19.797	19.670	15.167
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI ⁽¹⁾	R\$	2023	2,50% a 5,50%	1.965	5.412	1.968	7.363
Pré Pagamento de Exportação/Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	2017	3,95% a 5,65%	11.055	-	11.278	2.811
Cédula de Crédito Bancário - Ativo Fixo - TJLP	R\$	2020	TJLP + 7,00%	6	11	6	17
Conta Garantida	R\$	2017	27,00%	10.994	-	6.998	-
				71.282	91.750	68.493	84.340

Modalidade	Moeda / indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Consolidado			
				2016		2015	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cédula de Crédito Industrial – FNE ⁽²⁾	R\$	2022	8,50%	4.093	19.511	809	20.383
Antecipação de Cessão de Direitos Creditórios	R\$	2016	16,07%	-	-	2.885	-
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2020	100% CDI + 4,03% a 7,70%	12.804	14.233	20.521	38.455
Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2018	100% CDI + 6,17%	1.466	6.263	4.891	9.604
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2019	100% CDI + 11,92 a 15,39%	6.319	12.954	-	-
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2021	100% SELIC + 4,00% a 7,86%	27.724	58.142	8.144	41.486
Mutuo - Acionistas	R\$	2018	117,65% CDI	5	1.200	-	-
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2021	152,16% CDI	15.225	19.797	19.670	15.167
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI ⁽¹⁾	R\$	2023	2,50% a 5,50%	3.581	9.634	3.587	13.186
Pré Pagamento de Exportação/Adiantamento de contrato de câmbio	US\$	2017	3,95% a 5,65%	11.055	-	13.776	2.811

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Moeda / indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Consolidado			
				2016		2015	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cédula de Crédito Bancário - Ativo Fixo - TJLP	R\$	2020	TJLP + 7,00%	148	281	144	420
Conta Garantida	R\$	2017	27,00%	10.994	-	13.921	-
				93.414	142.015	88.348	141.512

(¹) PSI - Programa BNDES de Sustentação do Investimento.

(²) FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As parcelas do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 e 2015, incluindo os juros futuros até a data contratual de pagamento, vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
2018	61.820	39.771	86.685	62.225
2019	46.674	16.575	71.419	37.075
2020	27.601	7.575	42.085	19.931
2021 a 2023	10.963	762	16.044	4.521
	147.058	64.683	216.233	123.752

A Companhia presta aval a financiamentos de suas controladas, no montante de R\$ 21.233 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 28.151 em 2015). Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil consolidado de R\$ 185.712 (R\$ 180.625 em 2015).

Covenants

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Cedro possuem cláusulas restritivas de vencimento antecipado não financeiras que contemplam, dentre elas: (a) questões relacionadas ao não atendimento das garantias dadas nos empréstimos; (b) alteração do Objeto Social da Companhia ou de qualquer um das garantidoras, exceto se devidamente comunicado ao credor; (c) a incorporação, fusão ou cisão da Cedro; (d) encerramento das atividades da Companhia, pedido ou decretação de falência, insolvência civil ou recuperação extrajudicial que não seja devidamente elidida no prazo legal; (e) questões relacionadas à inadimplência dos valores devidos.

De acordo com o contrato de empréstimo entre instituições financeiras e a Companhia datado de 09 de outubro de 2015 a Companhia não cumpriu os requisitos da cláusula 6.01(o) relativos a índices financeiros. Esta cláusula exige que a Companhia e suas controladas mantenham em todos os momentos as seguintes proporções em base consolidada, a ser calculado sobre uma base proforma: (i) índice de liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante) não inferior a 1,2; (ii) a dívida total sobre EBITDA não superior a 6,53x.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia alterou posições de Empréstimos e Financiamentos em função do não atingimento dos índices financeiros (*covenants*) de contratos de empréstimos, tendo as parcelas de longo prazo sido reclassificadas para o passivo circulante no montante de R\$ 7.284 na controladora e R\$ 8.962 no consolidado.

A Companhia obteve do seu credor em 01 de fevereiro de 2017 dispensa (*waiver*) de cumprimento de obrigações assumidas nos Instrumento de Dívida relativa ao decretamento de vencimento antecipado.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 - PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e tributárias para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considerou as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a riscos:

					Controladora
	2015	Adições	Baixas	Atualizações	2016
Tributárias:					
IOF	14	-	-	-	14
PIS e COFINS	1.134	41	-	-	1.175
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.396	-	(2.396)	-	-
	3.544	41	(2.396)	-	1.189
Trabalhistas	244	94	(179)	-	159
Total das provisões para riscos	3.788	135	(2.575)	-	1.348
Depósitos judiciais	(3.305)	(49)	2.104	(47)	(1.297)
	483	86	(471)	(47)	51

					Controladora
	2014	Adições	Baixas	Atualizações	2015
Tributárias:					
IOF	14	-	-	-	14
PIS e COFINS	1.087	47	-	-	1.134
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.396	-	-	-	2.396
	3.497	47	-	-	3.544
Trabalhistas	105	168	(53)	24	244
Total das provisões para riscos	3.602	215	(53)	24	3.788
Depósitos judiciais	(3.217)	(56)	21	(53)	(3.305)
	385	159	(32)	(29)	483

					Consolidado
	2015	Adições	Baixas	Atualizações	2016
Tributárias:					
IOF	14	-	-	-	14
PIS e COFINS	1.837	90	-	-	1.927
Multa Setor Aduaneiro	627	50	-	-	679
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.396	-	(2.396)	-	-
	4.874	142	(2.396)	-	2.620
Trabalhistas	605	216	(231)	-	590
Total das provisões para riscos	5.479	358	(2.627)	-	3.210
Depósitos judiciais	(4.232)	(93)	2.130	(111)	(2.306)
	1.247	265	(497)	(111)	904

	Consolidado				
	2014	Adições	Baixas	Atualizações	2015
Tributárias:					
IOF	14	-	-	-	14
PIS e COFINS	1.744	93	-	-	1.837
Multa Setor Aduaneiro	577	50	-	-	627
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2.396	-	-	-	2.396
	4.731	143	-	-	4.874
Trabalhistas	350	221	(56)	90	605
Total das provisões para riscos	5.081	364	(56)	90	5.479
Depósitos judiciais	(3.993)	(151)	21	(109)	(4.232)
	1.088	213	(35)	(19)	1.247

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PIS e Cofins

Valores sobre a exclusão do ICMS de vendas da base de cálculo do PIS e da COFINS, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2006, cujo montante foi depositado judicialmente. A ação continua em andamento, porém a partir de dezembro de 2006 a Administração da Companhia decidiu recolher as contribuições pelo valor integral.

Contribuição Social

Em novembro de 2009, a Companhia solicitou adesão ao programa de parcelamento de débitos fiscais denominado REFIS IV, conforme Lei nº 11.941/09, sendo homologado em 2011. O processo de consolidação pela Secretaria da Receita Federal ocorreu em novembro de 2016, ficando totalmente baixado face aos depósitos judiciais convertidos em renda da União e os pagamentos das parcelas, restando saldo a favor da Companhia a ser compensado em 2017.

Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia e suas controladas, que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações, aproximadamente R\$ 17.004 na controladora (R\$ 28.744 no consolidado) tem seu desfecho considerável possível, para as quais não foi constituída uma provisão. Destes valores, R\$ 3.602 na controladora (R\$ 5.897 no consolidado) referem-se a ações de natureza trabalhista. Ações de natureza fiscal (Imposto Territorial Rural - ITR, Contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros e Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL) montam em R\$ 11.905 na controladora (R\$ 21.252 no consolidado), sendo que no consolidado R\$ 1.327 refere-se a encargos sobre participação nos lucros dos administradores e seguro de vida em grupo. As ações de natureza cível são referentes a danos materiais, lucros cessantes e ações de caráter indenizatório no montante de R\$ 1.497 na controladora (R\$ 1.595 no consolidado).

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

19 - CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social

O capital social é de R\$150.000 e está representado por 5.707.104 ações ordinárias com direito a voto e 4.292.896 ações preferenciais sem direito a voto perfazendo o total de 10.000.000, todas escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle.

As ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizeram jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos ajustes do custo atribuído de itens do imobilizado da Companhia e a equivalência desses ajustes nas controladas, cuja realização ocorre através da depreciação e baixa, com a correspondente transferência para a conta de Lucros acumulados.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal - representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva estatutária (para o desenvolvimento) - representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano como determinado no estatuto, até o limite de 20% do capital social, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da Companhia.
- (iii) Reserva de retenção de lucros - tem o objetivo de atender as necessidades de recursos para custear os projetos de investimentos em obras de expansão e modernização. É constituída com base no orçamento de capital da Companhia, a ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária.

No exercício de 2015 as reservas foram absorvidas pelo prejuízo registrado no ano.

20 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E RECEITA

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem somente um segmento.

21 - RECEITA

A composição das vendas brutas nos mercados interno e externo é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta				
Vendas mercado interno	372.774	298.224	565.411	457.686
Vendas mercado externo	18.251	8.145	31.797	21.489
	391.025	306.369	597.208	479.175
Deduções de vendas				
ICMS, PIS, COFINS e INSS	(63.306)	(50.761)	(83.709)	(74.179)
Devoluções e abatimentos	(4.000)	(3.724)	(7.769)	(8.561)
Receita líquida	323.719	251.884	505.730	396.435

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 – CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários, incluindo custo de rescisões	39.492	40.778	70.106	68.856
Benefícios	12.711	13.077	23.702	22.916
Custos previdenciários e FGTS	14.663	7.045	26.348	11.933
Matéria-prima e materiais de consumo	188.154	126.168	254.761	199.936
Energia elétrica	22.636	18.697	40.126	30.806
Combustíveis	11.705	10.607	17.189	15.567
Manutenções/ serviços de terceiros	10.143	10.563	15.801	15.490
Depreciações e amortizações (Notas 15 e 16)	11.519	11.356	17.995	17.749
Comissões	6.724	5.136	10.842	8.630
Frete	8.814	8.310	14.969	14.240
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	4.727	3.236	8.544	7.135
Outras despesas	15.916	15.831	21.970	20.907
	347.204	270.804	522.353	434.165

Classificadas como:

Custo dos produtos vendidos	309.113	229.549	459.819	367.159
Custo de ociosidade	514	7.095	1.938	12.712
Despesas comerciais	22.797	20.507	39.616	35.908
Despesas gerais e administrativas	14.780	13.653	20.980	18.386
	347.204	270.804	522.353	434.165

23 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Outras Receitas				
Venda de energia elétrica	2.789	6.840	2.899	9.703
Receita na venda de imobilizado	1.544	410	3.395	454
Reversão de provisões	1.422	722	2.165	899
Outras receitas	1.062	1.898	2.785	3.182
	6.817	9.870	11.244	14.238
Outras Despesas				
Provisão para perdas	(868)	(3.015)	(1.405)	(4.021)
Despesas tributárias	(2.441)	(3.834)	(4.212)	(5.556)
Indenizações trabalhistas (*)	-	(4.029)	(98)	(5.657)
Custos na venda de imobilizado	(62)	(3.103)	(1.860)	(3.166)
Perda de valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	(53.177)	-	(53.177)	-
Custo com energia	(7.178)	(8.035)	(7.776)	(10.803)
Outras despesas	(321)	(957)	(1.211)	(1.542)
	(64.047)	(22.973)	(69.739)	(30.745)
	(57.230)	(13.103)	(58.495)	(16.507)

(*) Despesa em volume considerado não recorrente – adequação de pessoal de produção para situação atual de mercado.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 - RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Descontos ativos	187	546	370	917
Receita de aplicações financeiras	242	273	421	504
Juros recebidos de clientes	1.915	1.606	2.730	2.872
Atualização de depósitos judiciais e do precatório	193	309	203	330
Outras receitas financeiras	2.664	178	2.740	330
	5.201	2.912	6.464	4.953
Variações cambiais				
Resultado com instrumentos derivativos	-	2.172	-	2.252
Variações cambiais ativas	6.559	7.166	8.637	11.539
	6.559	9.338	8.637	13.791
	11.760	12.250	15.101	18.744
Despesas financeiras				
Despesas financeiras - controladas	(3.905)	(2.359)	-	-
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(1.942)	(2.717)	(2.139)	(3.775)
Juros e encargos sobre financiamentos	(35.250)	(20.158)	(52.062)	(32.601)
Cessão de recebíveis	(10.159)	(886)	(16.145)	(1.499)
Descontos concedidos	(30)	(100)	(116)	(2.513)
Outras despesas financeiras	(2.241)	(1.760)	(3.017)	(2.571)
	(53.527)	(27.980)	(73.479)	(42.959)
Variações cambiais				
Resultado com instrumentos derivativos	-	(838)	-	(988)
Variações cambiais passivas	(4.823)	(14.806)	(7.869)	(17.500)
	(4.823)	(15.644)	(7.869)	(18.488)
	(58.350)	(43.624)	(81.348)	(61.447)
	(46.590)	(31.374)	(66.247)	(42.703)

25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está descrita a seguir:

	Controladora			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo antes do imposto, contribuição social e participações	(141.687)	(90.144)	(141.687)	(90.144)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	35.422	22.536	12.752	8.113
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(3.094)	(6.104)	(1.114)	(2.197)
Perda por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	(13.294)	-	(4.786)	-
Outros	(236)	37	(87)	(39)
IR e CSLL ajustados	18.798	16.469	6.765	5.877
Reversão de crédito tributário não reconhecido contabilmente	(17.761)	(17.215)	(6.391)	(6.238)
Reversão de crédito tributário de exercício anterior	-	(1.383)	-	(498)
IR e CSLL efetivos	1.037	(2.129)	374	(859)
Parcela corrente	-	(93)	-	(33)
Parcela diferida	1.037	(2.036)	374	(826)

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo antes do imposto, contribuição social e participações	(145.408)	(100.846)	(145.408)	(100.846)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	36.352	25.212	13.087	9.076
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada nas controladas	(938)	(6.201)	-	-
Perda por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	(13.294)	-	(4.786)	-
Outros	(87)	432	(8)	159
IR e CSLL ajustados	22.033	19.443	8.293	9.235
Reversão de crédito tributário não reconhecido contabilmente	(17.962)	(17.234)	(9.583)	(6.238)
Reversão de crédito tributário de exercício anterior	-	(1.383)	-	(498)
IR e CSLL efetivos	4.071	826	(1.290)	2.499
Parcela corrente	(120)	(212)	(26)	(79)
Parcela diferida	4.191	1.038	(1.264)	2.578

(b) Os tributos diferidos ativos são compostos conforme apresentado abaixo:

Ativo	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	114.918	58.370	126.005	69.452	162.902	73.113	174.208	84.365
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano calendário	70.546	56.548	70.521	56.553	83.901	89.789	84.152	89.843
Diferenças intertemporais	25.366	25.642	25.366	25.642	33.009	32.787	32.383	32.787
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos	210.830	140.560	221.892	151.647	279.812	195.689	290.743	206.995
	1,52% a	1,52% a			1,52% a	1,52% a		
Alíquotas (i)	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Crédito tributário	52.708	35.140	19.970	13.648	66.297	39.628	26.167	18.630
Crédito tributário não reconhecido contabilmente (ii)	(44.186)	(26.425)	(16.693)	(10.302)	(50.313)	(26.299)	(19.745)	(10.162)
	8.522	8.715	3.277	3.346	15.984	13.329	6.422	8.468
Passivo diferido	(23.966)	(25.196)	(9.326)	(9.769)	(30.927)	(32.463)	(13.546)	(14.328)
Líquido	(15.444)	(16.481)	(6.049)	(6.423)	(14.943)	(19.134)	(7.124)	(5.860)

(i) As taxas efetivas de imposto de renda da controlada para Santo Antônio é 8,14% em 2016 (8,14% em 2015). Em março de 2014 a Cedronorte foi incorporada pela Cedro e Cachoeira, sendo o seu benefício fiscal absorvido pela mesma. Desta forma, a Companhia, também passou a apresentar alíquota efetiva variando entre 1,52% e 25%.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2026, conforme estudo aprovado pela Administração da Companhia.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, descontada a valor presente, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
2017	-	-	505	-
2018	1.178	1.178	1.562	1.576
2019	1.682	1.682	2.150	2.431
2020 a 2026	8.939	9.201	18.188	17.790
	11.799	12.061	22.406	21.797

- (c) Os tributos diferidos passivos são compostos conforme apresentado abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldo no início do exercício	108.549	112.717	108.549	112.717	159.202	163.445	159.202	163.445
Realização do custo atribuído ao imobilizado	(2.547)	(4.168)	(2.547)	(4.168)	(2.515)	(4.243)	(2.515)	(4.243)
Diferença depreciação contábil x fiscal (Parecer normativo nº 1 de 29/07/2011)	(2.375)	-	(2.375)	-	(6.173)	-	(6.173)	-
Base	103.627	108.549	103.627	108.549	150.514	159.202	150.514	159.202
	1,52% a	1,52% a			1,52% a	1,52% a		
Alíquotas	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Saldo do imposto diferido	23.966	25.196	9.326	9.769	30.927	32.463	13.546	14.328

- (d) Subvenções governamentais

As unidades, instaladas em Pirapora na área de atuação da SUDENE, gozam de incentivo fiscal de redução de imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade prevista nos projetos de modernização dos empreendimentos, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado e submetidos à constituição de reserva de lucros.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Companhia e sua controlada:

- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial (75% com vigência a partir do ano calendário de 2010 até o ano calendário de 2019): Laudo Constitutivo do MIT nº 119/2010 e processo da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 10620.000.494/2010-69, Ato Declaratório Executivo DRF/STL/MG nº 001/2011.
- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial (75% com vigência a partir do ano calendário de 2014 até o ano calendário de 2019): Laudo Constitutivo do MIT nº 216/2014 e Despacho Decisório nº 817 - DRF/BHE.

A Companhia procede a contabilização da reserva de lucros referente a subvenção para investimento conforme estabelecido pelo Art. 30. da Lei No. 12.973 de 13 de maio de 2014 que determina a utilização da reserva de incentivo fiscal a partir da absorção de prejuízos, desde que anteriormente tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal. Adicionalmente, de acordo com o § 3º da lei mencionada anteriormente, se, no período de apuração, a pessoa jurídica apurar prejuízo contábil ou lucro líquido contábil inferior à parcela decorrente de doações e de subvenções governamentais e, nesse caso, não puder ser constituída como parcela de lucros nos termos do caput, esta deverá ocorrer à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 - PREJUÍZO POR AÇÃO

O quadro a seguir estabelece o cálculo de lucros (prejuízos) por ação para nos exercícios de 2016 e 2015 (em milhares, exceto valores por ação):

	2016			2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Prejuízo líquido do período	(80.056)	(60.220)	(140.276)	(53.150)	(39.982)	(93.132)
Denominador						
Média ponderada do número de ações	5.707	4.293	10.000	5.707	4.293	10.000
Prejuízo básico e diluído por ação	(14,03)	(14,03)	-	(9,31)	(9,31)	-

Não existem instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais com potencial dilutivo do número de ações da Companhia.

27 - SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2016 a cobertura para risco de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza totaliza na controladora - R\$ 38.330 (consolidado R\$ 68.862) (2015 - R\$ 39.256, consolidado R\$ 69.795).

28 - TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Capitalização de juros de empréstimos	13	108	46	196
Crédito de ICMS/PIS/COFINS sobre imobilizado	11	7	11	1.006

29 –EVENTOS SUBSEQUENTES

- (a) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de março de 2017 os acionistas aprovaram a incorporação pela Companhia de sua subsidiária integral, Cedro Gestão de Ativos S/A, sem aumento de capital ou emissão de novas ações, com a consequente extinção da incorporada.

* * *

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aguinaldo Diniz Filho – Presidente
Gustavo Gonzaga de Oliveira - Vice-Presidente
Cristiano Ratton Mascarenhas
Sílvio Diniz Ferreira Júnior
André Maurício Miranda
Ricardo dos Santos Júnior
Victor Mascarenhas de Freitas Borges
Ricardo Cançado Dias
Marcelo de Moura Lara Resende
Breno Mattos de Magalhães Mascarenhas
Marcos Mattos de Magalhães Mascarenhas
Marco Aurélio Coelho Vidal até 31/12/2016

DIRETORIA

Marco Antônio Branquinho Júnior - Diretor Presidente
Fábio Mascarenhas Alves - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Luiz César Guimarães - Diretor Comercial
Francisco Geraldo Batista Cavalcanti - Diretor de Operações Industriais
Fabiano Soares Nogueira - Diretor Industrial até 30/11/2016

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Paulo César Soares - Gerente de Controladoria - Contador CRC-MG 32.041/O-4
Antônio Pereira Filho - Contador CRC-MG 49.896/O-1